

## **Capítulo 2- A evidência do atraso em tempos de globalização**

Aula 8 (T) – O Estado como variável explicativa: políticas de fomento e finanças públicas:

1- Enquadramento da política económica designada de “fontismo”

1.1- Justificação para as formas de financiamento

2- Impacto económico

2.1- Resultados materiais da política do fontismo

2.2- Finanças públicas e fiscalidade

3- Para um balanço: que papel para o Estado num país em situação de divergência económica?

## Questões

- Investimento em obras públicas : porquê?
- Os meios -> endividamento público -> crise financeira nos anos 1890.
- Por que teve esta dimensão a dívida pública?
  - Menos receitas do que seria previsível? E por que foram menores as receitas?
  - Ineficiência dos investimentos ou da gestão dos créditos?
  - Falta de poder negocial do Estado junto dos seus credores?

No governo de Costa Cabral (ministro português 1844):

*“É tempo de curar o mal na sua origem. Possam os povos comunicar-se facilmente;*

*Sintam eles as fruições e necessidades da civilização; haja produtos novos para Trocar pelos supérfluos (...) abunde o meio circulante no interior das províncias que*

*Todas as dificuldades financeiras desaparecerão”*

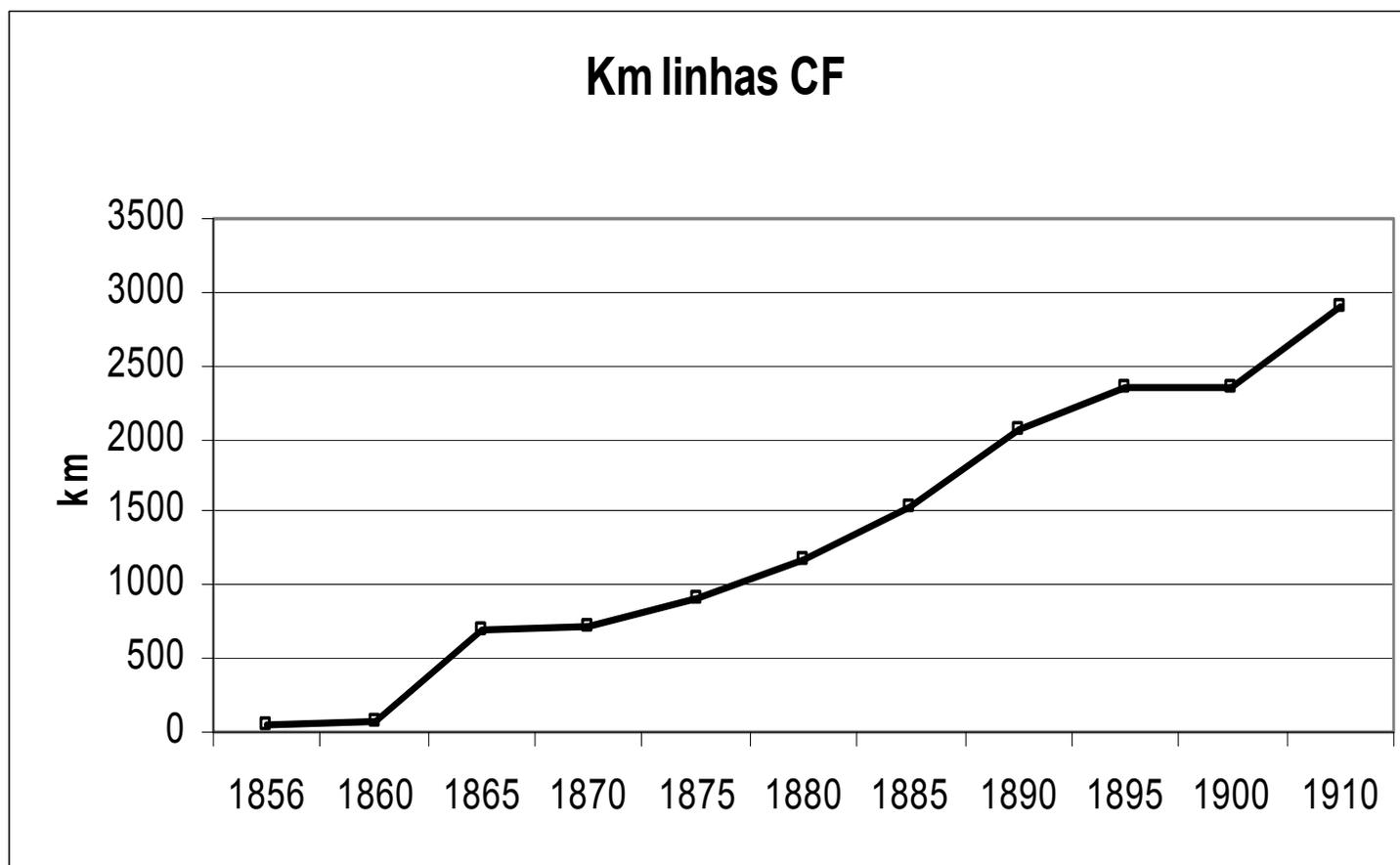
Exemplificação de princípios da economia política no século XIX:

*“O governo mais económico não é aquele que menos gasta, mas aquele que melhor gasta. Para que assim seja, os governos não têm mais que fazer funcionar a bomba aspirante do empréstimo, quando as circunstâncias indicarem que isso é do interesse público” – Michel Chevallier (1855) – Cours d’Économie Politique au Collège de France*

(citado em R.P.Esteves “Finanças Públicas”, Lains e Silva, Hist. Económica de Portugal, vol. II, Lisboa, 2004, p.316)

# Síntese do ponto 1

- Limites políticos da fiscalidade para financiar acréscimo da despesa
- Pensamento económico que sustenta políticas de endividamento comuns na Europa
- A dívida externa portuguesa entre 1831 e 1890 não ultrapassava os 0,6% do investimento externo europeu em 1913.
- Políticas que tiveram um importante impacto na internacionalização dos mercados financeiros



A partir de M. Eugénia Mata, “Capital”, Lains e Silva, Hist. Económica de Portugal Vol. II, Lisboa, 2005, p. 165-166

## Dívida pública - estrutura

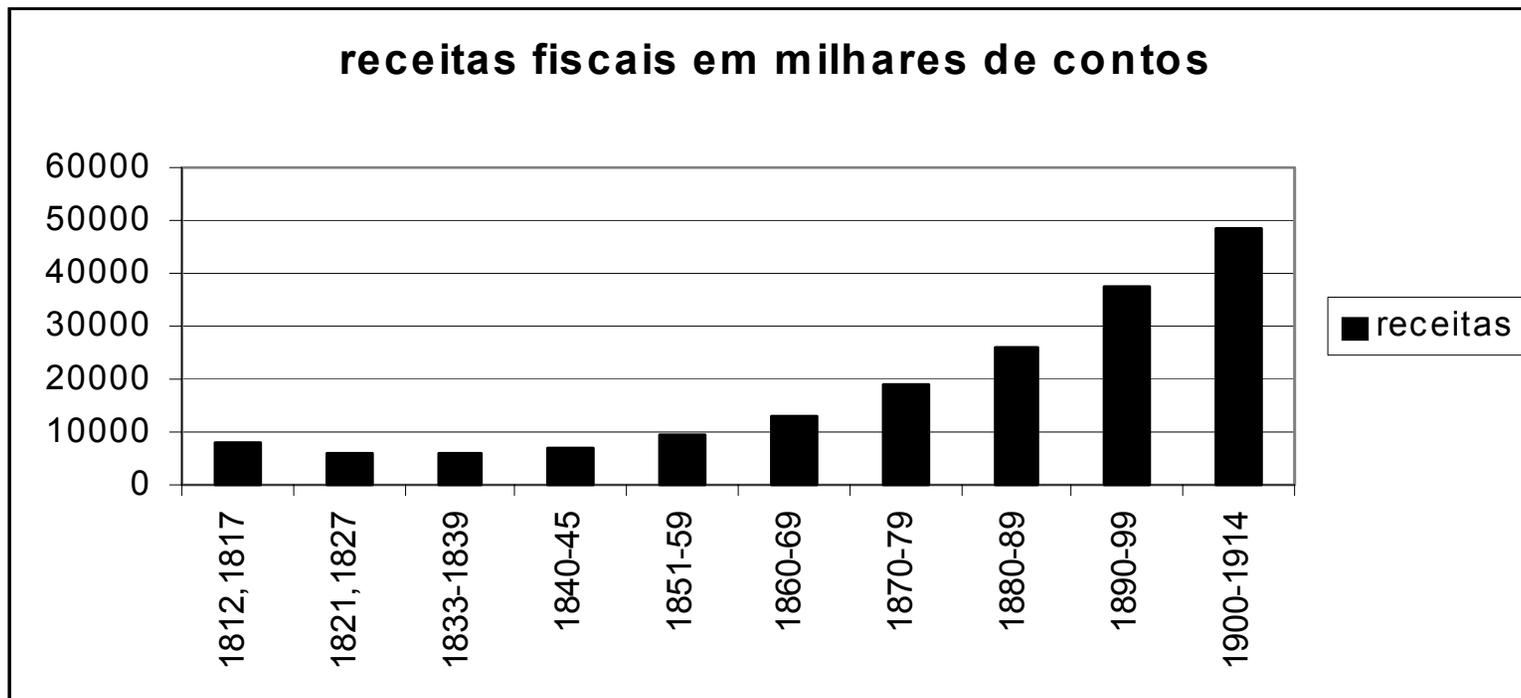
<b>médias</b>	<b>1837-39</b>	<b>1840-44</b>	<b>1852-59</b>	<b>1860-69</b>	<b>1870-79</b>	<b>1880-89</b>	<b>1890-99</b>	<b>1900-13</b>
Déficit/PIB	0,4	1,4	0,8	1,5	1,2	1,1	0,7	0,1
Dívida/PIB			31	44	63	68	69	60
% da dívida consolidada			94	94	94	88	68	51
% da dívida externa			50	48	42	48	51	35
% da dívida ao B.Portugal			4,3	1,6	0,6	0,7	5,2	7,4

## Finanças públicas em Portugal numa perspectiva comparada

		<b>Po r</b>	<b>Es p</b>	<b>It</b>	<b>Bel</b>	<b>PB</b>	<b>Din</b>	<b>No r</b>	<b>F</b>	<b>RU</b>
Receitas (% do PIB)	1851-59	3,5	7,8	-	-	8,7	12	-	8,4	9,4
	1860-69	3,6	11	7,9	-	7,8	11	4	8,4	7,5
	1870-79	4	9,5	11	-	8,2	5,8	3,5	9,8	6,3
	1880-89	4,4	8,6	13	7,5	10	6,5	6	13	7
	1890-99	4,9	8,9	14	9,6	11	5,9	7,1	12	7,3
	1900-1913	5,5	9,3	12	10	9,9	5,4	8,7	11	8,2
Deficits (% do PIB)	1851-59	0,8	0,6	-	-	3,8	-0,1	-	2,2	0,7
	1860-69	1,5	2,3	5	-	3,8	0	0,2	1,2	0,1
	1870-79	1,2	1,8	1,4	-	1,9	0,4	1	2,4	0
	1880-89	1,1	0,5	1,1	0,1	0,5	0,2	0,4	0	-0,1
	1890-99	0,7	-0,1	0,5	0,2	0,4	0,5	1,1	-0,1	-0,1
	1900-1913	0,1	-0,2	0,8	0,4	0,2	0,5	0,7	0	0,3
Serviço (% das receitas)	1880-89	60	34	39	18	26	14	11	28	32
	1890-99	47	42	39	16	25	11	8	27	23
	1900-1913	43	39	30	15	20	10	9,5	21	14

# As questões

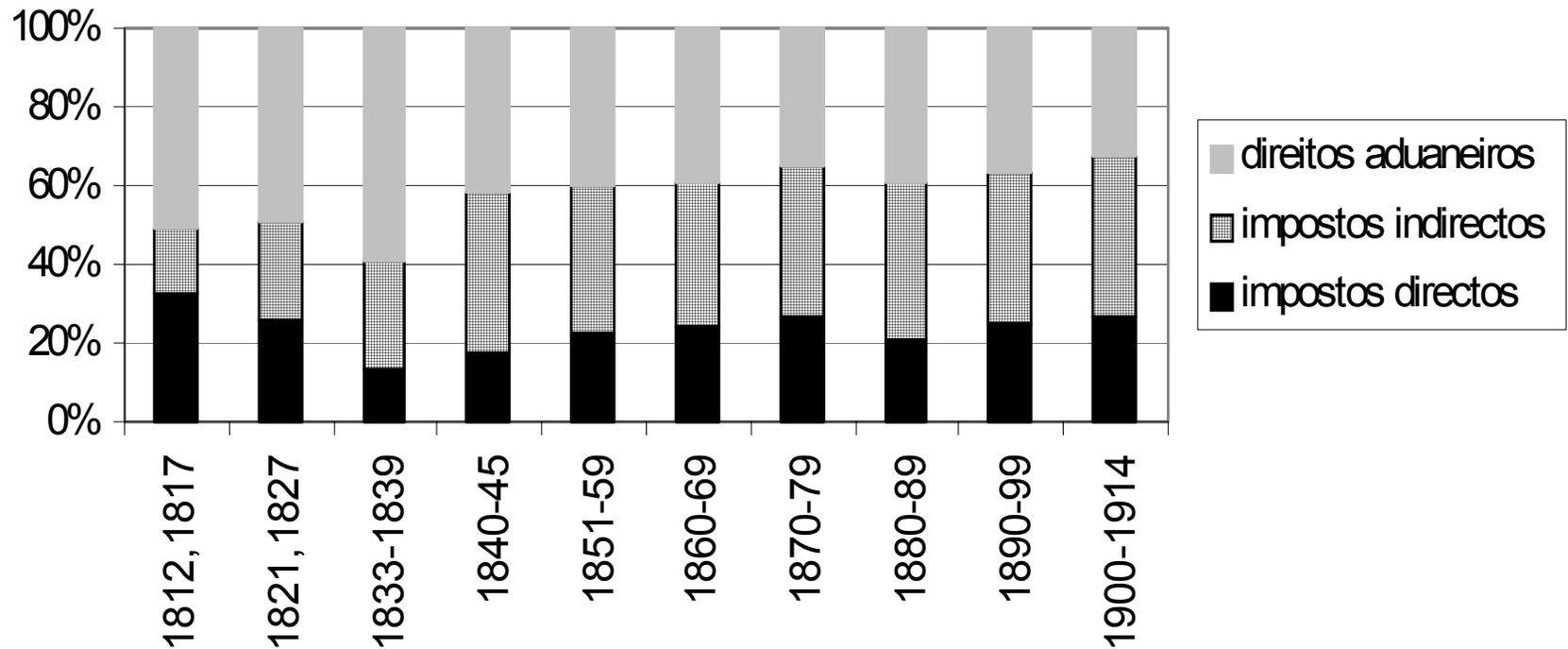
- Como se explica que o Estado em Portugal, sendo um devedor que apresenta os maiores déficits a partir de 1880 e o maior encargo do serviço da dívida nas receitas, oferece confiança aos credores?
- Como se compagina esse encargo da dívida nas receitas com o facto de Portugal ser o caso com menor carga fiscal?



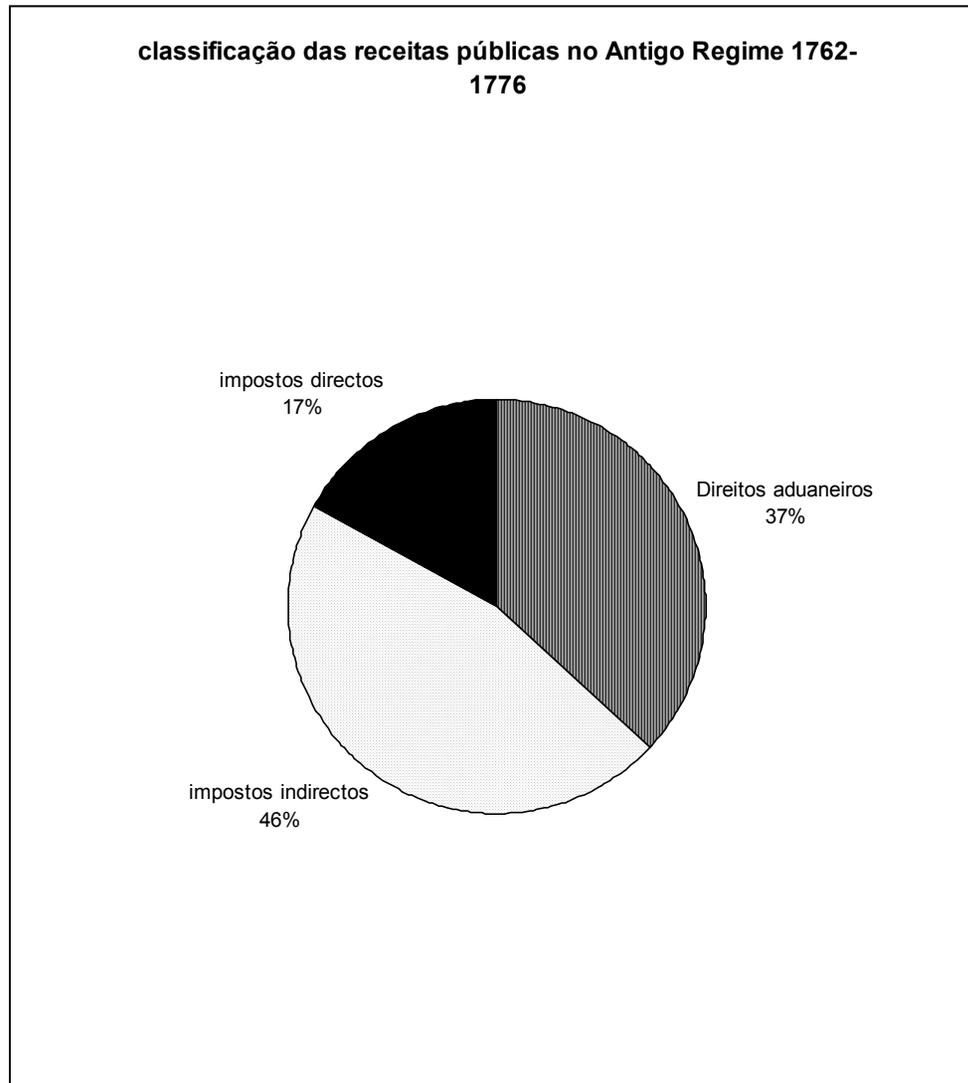
Nota – não inclui outras receitas provenientes da exploração empresarial  
Dos CF e da venda dos bens nacionais

Apud, R.P.Esteves, “Finanças Públicas”, Lains e Silva, Hist. Económica de Portugal, vol. II, Lisboa, 2005, p.309

## classificação das receitas fiscais



Apud, R.P.Esteves, "Finanças Públicas", Lains e Silva, Hist. Económica de Portugal, vol. II, Lisboa, 2005, p.325.



nota não inclui receitas de monopólios do Estado relacionados com o império

Apud, Fernando Tomaz, "As Finanças do Estado Pombalino", *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988, p.376

# Conclusão

- Que papel para o Estado: revisitando Alexander Gerschenkron?
- A) aumento da responsabilidade económica do Estado (verificou-se)
- B) papel determinante na intermediação do investimento estrangeiro (verificou-se)

A emigração e a dívida pública são os mais expressivos indicadores da participação de Portugal no processo de globalização da segunda metade do século XIX

Mas:

- C) A inelasticidade das receitas provenientes de impostos directos mostram o pequeno grau de “estatização” da sociedade portuguesa – limites da acção do Estado na aceleração do crescimento e crónica dependência dos impostos aduaneiros – pensar que consequências isto tem na política aduaneira.
- d) O investimento não teve os efeitos desejados no crescimento das indústrias dinamizadas por estas obras públicas como aconteceria noutros casos nacionais dados como exemplo no modelo de Gerschenkron - limites dos recursos naturais mas também limites da dimensão do mercado interno para assegurar a escala das unidades transformadoras que acompanharam esta tecnologia
- e) É pouco provável que esta política tivesse desviado capital que poderia ser aplicado nesses sectores. O problema com a escassez de capital é antes avaliado como sendo decorrente do estado embrionário das instituições de intermediação financeira para a mobilização da poupança.